



CANTO DO CONTO

UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA DO CONTO NEGRINHA, DE MONTEIRO LOBATO

Fernanda Raquel Oliveira LIMA¹

Durante o ano de 2021, o jornal *Folha de S. Paulo* foi o palco para uma série de discussões a respeito do caráter racista ou não das obras literárias do importante escritor brasileiro José Bento Renato Monteiro Lobato. Tais reflexões não nasceram nesse momento nem se limitaram a ele, já estão em pauta há algum tempo em diferentes esferas da sociedade, por motivações diversas, com mais frequência tendo como foco sua obra infantil mais conhecida, *Reinações de Narizinho*. O diferencial da abordagem do tema em 2021 na Folha foi uma narrativa de experiência de leitura do conto *Negrinha*, da articulista Marilene Felinto, no artigo de opinião intitulado *Complexo de 'Negrinha'* (publicado em 6 de fevereiro de 2021).

Felinto, no artigo, narra, de forma bastante intensa e analisa sua primeira experiência com a leitura do conto na escola:

1 Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de São Paulo. Pesquisadora em linguística e ensino de língua portuguesa. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2005), especialização em Ensino de Língua Portuguesa (UFJF - 2006), mestrado em Linguística (UFJF - 2009) e doutorado em Linguística e Ensino de Língua (UFJF - 2014). Possui experiência na educação superior, na pós-graduação e no ensino fundamental e médio; na revisão de textos acadêmicos; e na pesquisa linguística. Endereço eletrônico: <frol@ifsp.edu.br>.

Precisei esconder minha vontade de chorar pelo sofrimento da menina e de me esconder também de todos naquela sala estranha, estrangeira, cheia de meninos e meninas branquelos, de sobrenomes italianos, alemães e japoneses. (...) Afinal, quem era a negrinha senão eu? (...) estava na cara, era a minha ancestralidade. (...) Aquele idiota daquele escritor achava o quê? Que estava libertando as negrinhas ou melhorando a vida delas ao expor a dor das criaturas daquele modo?

Após a leitura do artigo, senti uma necessidade imediata de retomar a leitura do conto citado. A primeira vez que o li, lembrava de ter experienciado uma dor tão intensa, física, palpável, difícil de digerir. Quis reiniciar a leitura na esperança de que algumas partes deixassem de existir... E todas as vezes em que experienciei o conto, o texto me doeu profundamente. Não foi diferente após a retomada motivada pela crítica de Marilene Felinto. Mas somou-se ao desconforto repetitivo da leitura, um incômodo questionador a respeito da experiência de leitura vivida pela articulista da *Folha de S. Paulo*.

A tentativa de entendimento passou, em um primeiro momento, pela retomada dos discursos daqueles que têm o texto literário como objeto primeiro de estudo. De imediato, Antonio Candido, em sua obra *O direito à literatura*, e Antoine Compagnon, em *Literatura para quê?*, iluminaram algumas possibilidades de compreensão ou aproximação. Candido argumenta a respeito do papel humanizador do texto literário por nos educar desde dentro para lidar com o outro, para nos identificar com o de fora. Compagnon questiona as funções da literatura – mais que prazer e evasão, é também conhecimento e ação – e explica que ela “*desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia (...) porque (...) faz apelo às emoções e à*

empatia. Assim, ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes." (COMPAGNON, 2009, p. 51). O conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, provoca imensamente minha compaixão por aquela criança, a personagem denominada Negrinha; seus sofrimentos e sua breve felicidade são, momentaneamente, os meus sentimentos e a minha felicidade. Aula de história nenhuma tinha me feito entender tão visceralmente o sofrimento humano do longo período da escravidão no Brasil.

Diante disso, interpreto a agressiva crítica de Marilene Felinto ao conto e ao escritor Monteiro Lobato como uma não percepção consciente daquilo que, muitas vezes, é, exatamente, o papel da arte. A experiência de leitura literária tinha provocado nela um tamanho desconforto de identificação. Ao sentir tão intensamente a força da literatura, ela culpou o escritor por horrores que de fato podem, infelizmente, ter acontecido fora das páginas da ficção. A dor transbordou em um espaço escolar no qual ela não se encontrava segura para sentir, nem entender. Retomando Ítalo Calvino, em *Para que servem os clássicos*, recorda-se que os clássicos nunca param de dizer o que vêm dizer. No século XXI, o conto *Negrinha* ainda reverbera de forma, às vezes, ensurdecadora.

Em 1920, ano da publicação do livro de contos *Negrinha* – onde se encontra o conto homônimo –, o narrador demonstra, 32 anos após a abolição da escravatura no Brasil (um tempo histórico quase insignificante frente aos longos anos de escravidão...), antes, a manutenção da ordem escravocrata do que uma transformação legítima na sociedade (pouco surpreendente diante das motivações políticas e econômicas que se impuseram às motivações humanísticas frente às ações abolicionistas na

época...). Em diferentes passagens, essa voz que nos narra a história lembra a permanência de um perverso pensamento escravocrata:

“A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fôra senhora de escravos – e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime novo – essa indecência de negro igual a branco e qualquer coisinha: a polícia! (...)

O 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava Negrinha em casa como remédio para os frenesis. (...)

Tinha de contentar-se com isso, (...)

Era pouco, mas antes isso do que nada. Lá de quando em quando vinha um castigo maior para desobstruir o fígado e matar as saudades do bom tempo.”
(LOBATO, 1964, p. 5, 6)

A memória eleita sobre a escravidão, a memória histórica, não relata essa manutenção da ordem que perdura ainda na contemporaneidade. O texto ficcional nos permite construir essa memória de uma outra maneira, impregnando-a de humanidade, trazendo outros arquivos mesmo de vozes não ouvidas pela sociedade.

Negrinha, a personagem do conto com o mesmo nome, não tem voz. Não a tinha na sociedade da época e também não lhe é dada no espaço literário. O discurso direto lhe é conferido apenas em duas falas curtas no episódio com a boneca (quando a menina descobre a boneca como brinquedo e se encanta...), coincidentemente, o episódio que a “envenenará” de humanidade: “- É feita? ... perguntou extasiada”; “- Boneca? repetiu Negrinha. Chama-se boneca?” (LOBATO, 1964, p. 9). Ainda nesse episódio, a fala de Negrinha é representada pelo discurso indireto livre:

“Brincar! Como seria bom brincar!”; “*Que maravilha! Um cavalo de pau!*”; “*Que aventura, santo Deus! Seria possível?*” (LOBATO, 1964, p. 9).

No restante da narrativa, Negrinha não fala, não chora, não faz barulho, porque a patroa, dona Inácia, não gosta de criança (“*Viúva sem filhos, não a calejara o choro da carne de sua carne, e por isso não suportava o choro da carne alheia.*”). Ainda hoje, tantas crianças, em especial as pobres, são silenciadas – suas vozes e suas desgraças. O conto *Negrinha* não põe a voz na boca da personagem porque essa não possui o direito de expressá-la. Não obstante, põe em narrativa, resgatando o arquivo da memória apagado do arquivo da história.

Nessa obra literária, a ironia na apresentação de quem tem o poder para falar, quem não foi lançado à condição animalesca, inferior a um animal doméstico – que vivia “[...] *pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos [...]*” como “[...] *gato sem dono, levada a pontapés [...]*” – auxilia na desestabilização da ordem estabelecida. Dona Inácia, a patroa, tem sua voz apresentada tanto em discurso direto, quanto em discurso indireto livre (nesse último, o narrador parece reforçar o prazer da senhora em ser perversa...). Além disso, é, ironicamente, apresentada, sempre com um adjetivo valorativo antes do substantivo que a designa: “*Excelente senhora, a patroa [...]*”; “*A excelente D. Inácia era mestra na arte de judiar de crianças.*”; “*Santa Inácia*”; “*Boa senhora*”; “*Virtuosa dama*”.

A ordem social na qual Negrinha estava inserida é mantida, simbolicamente, por dona Inácia: “*Gorda, rica, dona do mundo, animada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote luxuoso reservado no céu.*” (LOBATO, 1964, p. 3). A senhora é um ícone do poder, das classes dominantes brasileiras. No entanto, não se pode afirmar que ela se encontra

sozinha nessa manutenção. Todos os outros que figuram nessa narrativa ficcional contribuem antes para um manter do que já estava estabelecido do que para um romper de estruturas tão tristemente solidificadas. Isso pode ser observado no conto no uso dos verbos no plural quando esses indicam a ação coletiva contra a criança: *“Batiam-lhe sempre, por ação ou omissão.”*; *“O corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo.”*. A patroa é o símbolo, mas quantos outros não estão envolvidos, como diz o próprio narrador, por *“ação ou omissão”*. Até mesmo o vigário, representante da igreja, participa ao avaliar os atos da senhora como uma importante ação de caridade.

A suposta ação de caridade de dona Inácia pode ser associada às personagens criadas por Machado de Assis, anos antes, que exemplificavam ações similares das classes dominantes brasileiras para se vangloriar ou ter algum benefício. Nunca para ser ético ou para colocar os valores humanos em primeiro plano. Como a personagem Brás Cubas, do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ao pedir que seu ex-escravo não vergalhe outro homem e escutar como resposta *“- Sinhozinho não pede, sinhozinho manda.”*. Ou em suas crônica *Bons dias*, quando o narrador liberta seu escravo antes da *Leia Áurea* para usar o feito mais tarde em seu discurso político; dentre tantos outros exemplos.

A patroa mantém aquele serzinho em sua casa após a morte da mãe, antes de mais nada, para seus próprios interesses: se aliviar (*“- Ai! Como alivia a gente dar uma boa roda de cócres bem fincados!... (p. 5)”*) ou se vangloriar do ato caridoso (*“- Ah, monsenhor! Não se pode ser boa nesta vida... Estou criando aquela pobre órfã, filha da Cesárea - mas que trabalhadeira me dá!” (p. 7)”*).

Negrinha, no conto, passa por desumanização total (“[...] *vivia no desvão da porta, sentadinha.*”), contudo, apresenta sinais claros de que ali naquele corpinho ainda vivia um ser humano (“[...] *sorri por dentro com o cuco.*”). É exatamente a centelha de consciência da humanidade que existe dentro dela que a levará à morte. Segundo o narrador, a humanização a “envenena”, o brincar com a boneca, ser criança como aquelas a quem era dado o direito de o ser, “[...] *aquele dezembro de férias, luminosa rajada de céu trevas a dentro do seu doloroso inferno, envenenara-a.*” (p. 11). Do olho de susto, do animal acuado, passa ao olho nostálgico, de quem sabe-se humano. Com a morte – “[...] *jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza.*” (p.11) – morre também o desabrochar de sua humanidade e a ordem estabelecida socialmente se mantém, se perpetua. Porque não cabe, nessa ordem, aquela criança entender que é um ser humano tal como os outros.

Tem razão, Marilene Felinto, tudo isso dói. Insuportavelmente.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Moderna, 1999.

ASSIS, Machado. *Bons dias*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.



FELINTO, Marilene. Complexo de 'Negrinha'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 de fevereiro de 2021. Disponível em: <Complexo de 'Negrinha' - 06/02/2021 - Marilene Felinto - Folha (uol.com.br)>

LOBATO, Monteiro. Negrinha. *In: Negrinha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

Envio: Março de 2022.
Aceito: Janeiro 2023.